

DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MIRABELA – MG

DEVELOPMENT, PUBLIC POLICIES AND POPULATION: A SOCIOECONOMIC AND DEMOGRAPHIC ANALYSIS OF THE MUNICIPALITY OF MIRABELA – MG

DESARROLLO, POLÍTICAS PÚBLICAS Y POBLACIÓN: UN ANÁLISIS SOCIOECONÓMICO Y DEMOGRÁFICO DEL MUNICIPIO DE MIRABELA – MG

Tales Gandi Veloso de Andrade¹ <https://orcid.org/0000-0001-7173-1001>

Marília Borborema Rodrigues Cerqueira² <https://orcid.org/0000-0001-6429-4640>

RESUMO

O Brasil, nos últimos cem anos, vem estruturando o seu *welfare state* por intermédio de políticas que demarcam a ampliação da cidadania e dos direitos sociais. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar a estreita relação entre desenvolvimento e políticas públicas, assim como os reflexos demográficos do desenvolvimento, especialmente a ocorrência do fenômeno de *transição demográfica* vivenciado pelo país. Ademais, percebe-se que a transição demográfica não escapou ao pequeno município de Mirabela (MG), localizado no norte de Minas Gerais, sendo perceptíveis as mudanças no arranjo da população mirabelense nas últimas décadas. Metodologicamente, este estudo consiste em uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, que utiliza dados e estatísticas secundárias em conjunto com uma revisão sistemática de literatura. Dentre os resultados, percebe-se que as políticas públicas e sociais adotadas pelo Brasil no último século elevaram a qualidade de vida dos brasileiros, ocasionando, também, profundas modificações nas características da população. Essas mudanças também foram percebidas em Mirabela, contudo, as fragilidades socioeconômicas enfrentadas pelo município, associadas à carência de políticas públicas, fazem com que Mirabela sofra com o baixo desenvolvimento humano, o que gera certas consequências demográficas, como a alta razão de dependência, o baixo crescimento e a migração em busca de emprego.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Políticas Públicas. Demografia. Mirabela.

¹ Sociólogo. Bacharel em Ciências Sociais e graduando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), pesquisador junto ao Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE); bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: ta.talesveloso28@gmail.com

² Demógrafa. Doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Unimontes. E-mail: marilia.borborema@unimontes.br

ABSTRACT

Brazil, over the last hundred years, has been structuring its welfare state through policies that demarcate the expansion of citizenship and social rights. From this perspective, this article aims to analyze the close relationship between development and public policies, as well as the demographic consequences of development, especially the occurrence of the phenomenon of demographic transition experienced by the country. Furthermore, it is clear that the demographic transition did not escape the small municipality of Mirabela (MG), located in the north of Minas Gerais, with changes in the arrangement of the Mirabelense population being noticeable in recent decades. Methodologically, this study consists of qualitative-quantitative research, which uses secondary data and statistics in conjunction with a systematic literature review. Among the results, it is clear that the public and social policies adopted by Brazil in the last century have increased the quality of life of Brazilians, also causing profound changes in the characteristics of the population. These changes were also noticed in Mirabela, however, the socioeconomic weaknesses faced by the municipality, associated with the lack of public policies, mean that Mirabela suffers from low human development, which generates certain demographic consequences, such as the high dependency ratio, the low growth and migration in search of jobs.

Keywords: Development. Public Policy. Demography. Brazil. Mirabela.

RESUMEN

Brasil, durante los últimos cien años, ha estado estructurando su estado de bienestar a través de políticas que demarcan la expansión de la ciudadanía y los derechos sociales. Desde esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo analizar la estrecha relación entre desarrollo y políticas públicas, así como las consecuencias demográficas del desarrollo, especialmente la ocurrencia del fenómeno de transición demográfica que vive el país. Además, es claro que la transición demográfica no escapó al pequeño municipio de Mirabela (MG), ubicado en el norte de Minas Gerais, habiéndose notado cambios en la composición de la población mirabelense en las últimas décadas. Metodológicamente, este estudio consiste en una investigación cuali-cuantitativa, que utiliza datos secundarios y estadísticas en conjunto con una revisión sistemática de la literatura. Entre los resultados, queda claro que las políticas públicas y sociales adoptadas por Brasil en el último siglo han aumentado la calidad de vida de los brasileños, provocando también cambios profundos en las características de la población. Estos cambios también se notaron en Mirabela, sin embargo, las debilidades socioeconómicas que enfrenta el municipio, asociadas a la falta de políticas públicas, hacen que Mirabela adolezca de un bajo desarrollo humano, lo que genera ciertas consecuencias demográficas, como el alto índice de dependencia, el bajo crecimiento y migración en busca de empleo.

Palabras clave: Desarrollo. Políticas Públicas. Demografía. Brasil. Mirabela.

INTRODUÇÃO

A política de desenvolvimento tem por objetivo auxiliar determinado Estado, região ou município no seu crescimento econômico e no aprimoramento da sua responsabilidade social, quer seja por intermédio de empresas e instituições privadas,

através das relações de mercado, ou de forma governamental, como é o caso das políticas públicas (PP). A gestão assertiva das PP tem reflexos positivos nos indicadores sociais de uma população, como aumento do Produto Interno Bruto (PIB), melhoria da taxa de emprego, distribuição de renda e aprimoramento da qualidade dos serviços públicos, como saúde, educação e segurança, fatores que refletem, em última instância, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, na qualidade de vida da população. Nesse percurso, a compreensão das dinâmicas populacionais por parte das PP é fundamental, pois ajuda no planejamento de estratégias eficientes para o enfrentamento dos desafios demográficos, procurando melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente de grupos em estado de maior vulnerabilidade.

Diante disso, esse estudo tem por objetivo analisar os impactos que as políticas de desenvolvimento tiveram sobre o arranjo demográfico da população brasileira e, em especial, sobre o município de Mirabela, um município de pequeno porte localizado no Norte de Minas Gerais. Para isso, analisou-se o efeito das políticas públicas, de maneira especial as políticas sociais, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira no último século, através do despontar do *welfare State*, fenômeno esse que ainda se estrutura. Nesse percurso, é perceptível que as políticas adotadas pelo Estado brasileiro tiveram grande impacto sobre o arranjo demográfico da população, essencialmente no que tange o fenômeno de *transição demográfica*, o qual passaram os países hoje reconhecidos como “desenvolvidos”. Ademais, tal transição na estrutura demográfica é percebida, também, nos municípios de pequeno porte, dentre eles, Mirabela. Nas últimas décadas, o município de Mirabela vem enfrentando uma diminuição na taxa de fecundidade e uma população idosa cada vez maior, o que reflete em uma taxa elevada de dependência demográfica, uma vez que a população de jovens e idosos gera certa sobrecarga sobre a parcela economicamente ativa. Essa realidade contribui para a intensificação das inúmeras fragilidades que o município já enfrenta, dentre elas, a carência de renda, o desemprego e a migração em busca de trabalho.

No que tange à metodologia, este estudo coaduna métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, se configurando, assim, como uma pesquisa de natureza quali-quantitativa. No entendimento de Minayo e Sanches (1993), estudos quantitativos trabalham com um aglomerado de dados e estatísticas que visam a compreensão do *todo*, sendo estudos que prezam pela tecnicidade e *objetividade*. Já os estudos de natureza qualitativa buscam compreender as particularidades, se caracterizando por

aprofundar na complexidade dos fenômenos, sendo, portanto, estudos que valorizam a *subjetividade*. Apesar de distintas, essas duas metodologias não são antagônicas, pelo contrário, podem ser complementares, uma vez que a união de métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa pode auxiliar na compreensão de um fenômeno de forma integral, propondo, ao mesmo tempo, olhares objetivos e subjetivos sobre uma mesma realidade.

Os dados aqui levantados foram adquiridos de forma secundária através da base de dados de órgãos e institutos oficiais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério da Saúde³. Nesse percurso, tais dados foram analisados à luz do arcabouço teórico de autores que debatem questões como desenvolvimento, políticas públicas e demografia, entre os quais: Carvalho e Rodríguez-Wong (2008), Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), Conceição *et al.* (2015), Esping-Andersen (1991) e Pedone (1986).

Os órgãos oficiais, além de fornecer indicadores absolutos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também forneceu a base de dados necessária para a elaboração de pirâmides populacionais; razões de dependência (relações teóricas entre as pessoas teoricamente dependentes – de 0 a 14 anos e de 65 ou mais, e as pessoas em idade ativa, entre 15 e 64 anos); mortalidade proporcional por causa básica do óbito; funções de mortalidade por faixa etária, com as taxas específicas de mortalidade com a mesma especificação; e análise da mortalidade por sexo e faixa etária, também por meio das taxas específicas de mortalidade.

O presente estudo encontra-se organizado em quatro partes, sendo apresentado da seguinte maneira: a primeira parte é dedicada à conceituação e discussão acerca da estreita relação entre desenvolvimento e políticas públicas, com vista na estruturação do Estado de bem-estar social (*welfare state*). Por conseguinte, na segunda parte, analisam-se o nascimento do Estado de bem-estar social no Brasil e os reflexos desse fenômeno para o desenvolvimento brasileiro, essencialmente nos últimos cem anos. Junto a isso, observam-se os impactos que o desenvolvimento do país teve na modificação de sua estrutura demográfica, tendo em vista o fenômeno de *transição demográfica* que o

³ A base de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), do Ministério da Saúde, foi fundamental para a coleta dos dados demográficos, como características etárias da população, índices de fecundidade e mortalidade.

Brasil enfrenta. Mais à frente, na terceira parte, apresenta-se o município de Mirabela e o seu perfil socioeconômico, nesse momento, é salientado algumas das fragilidades sociais enfrentadas pelo município, essencialmente o seu baixo desenvolvimento social, um reflexo da sua inserção em uma região empobrecida, carente e vulnerável, a região Norte de Minas Gerais. Na quarta, e última parte, analisa-se a realidade sociodemográfica vivida por Mirabela, o enfrentamento do município à transição demográfica, bem como os impactos que seus indicadores sociais exercem sobre a dinâmica de sua população, em variáveis como natalidade, mortalidade e migração.

DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A BUSCA PELO *WELFARE STATE* NO BRASIL

Quando se pensa em “desenvolvimento”, usualmente, salta à imaginação representações que remetem ao crescimento, ao progresso e à modernização, especialmente no âmbito da economia, afinal de contas, essa é a definição que comumente se encontra nos dicionários. Contudo, hoje é possível afirmar que a percepção sobre o desenvolvimento ampliou-se, deixando de estar limitada a fatores puramente economicistas para englobar outras dimensões, como o elemento civil, político e social. Nesse sentido, é importante compreender a mudança de compreensão sobre desenvolvimento, especialmente a partir da ascensão do ideal de *welfare state*, e como esse fenômeno se estrutura no Brasil.

Para Conceição *et al.* (2015), por muito tempo, a percepção de desenvolvimento esteve atrelada ao *desenvolvimentismo*, ou seja, a preocupação com fatores estritamente econômicos. Nesse momento, o objetivo principal das políticas de Estado era a transformação de uma sociedade agrária e rural em uma sociedade industrializada e urbana. Durante esse período, sem grandes preocupações com o bem-estar social, viu-se a tentativa de conciliar o “desenvolvimento” até mesmo com regimes de cunho autoritário e antidemocrático. Hoje, o conceito de desenvolvimento, além de incluir a natureza econômica, acrescenta outras dimensões, como a redistribuição de renda; a justiça social; o ordenamento urbano; o fomento à cultura; e a responsabilidade ambiental e ecológica. Todas elas, indissociáveis de um modelo democrático, no qual prevalece a segurança da *cidadania*.

Ilustrando essa realidade, a Organização das Nações Unidas (ONU), organismo supranacional de referência, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), defende o conceito de “Desenvolvimento Humano Sustentável”, acreditando, assim, não ser mais possível falar em desenvolvimento sem incluir a dimensão humana, social, bem como a proteção ambiental. Nesse ínterim, a ONU, através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elenca dezessete metas a serem cumpridas pelos países membros até 2030:

(1) erradicação da pobreza; (2) fome zero; (3) saúde e bem-estar; (4) educação de qualidade; (5) igualdade de gênero; (6) água limpa e saneamento; (7) energia acessível e limpa; (8) trabalho decente e crescimento econômico; (9) indústria inovação e infraestrutura; (10) redução das desigualdades; (11) cidades e comunidades sustentáveis; (12) produção e consumos responsáveis; (13) ação climática; (14) vida submarina; (15) vida e ecossistemas terrestres; (16) paz, justiça e instituições fortes; (17) aliança para alcançar objetivos (ONU, 2023).⁴

Portanto, hoje, especialistas e programas sérios salientam a importância do *desenvolvimento humano*, indissociável do combate à pobreza, à desigualdade e promoção da dignidade humana, tudo isso em conjunto com uma gestão sustentável, democrática e consciente. Diante disso, é natural que surja o questionamento: quem tem o dever de garantir o desenvolvimento social e o bem-estar da população? Tais cobranças e exigências, na maioria das vezes, recaem sobre o Estado, uma vez que grande parcela da sociedade civil compreende que parte dele o dever não só de assegurar a lei e a justiça, mas também da promoção de políticas públicas e sociais. A percepção do Estado como o principal interventor quanto à realidade social da população vai ao encontro da concepção de *welfare state*, ou simplesmente Estado de bem-estar social.

O sociólogo dinamarquês Gosta Esping-Andersen (1991) já afirmava que a característica fundamental, definidora de um *welfare state*, é o reconhecimento da responsabilidade social do Estado, isso porque, para um Estado ser considerado um *welfare state*, deve ser garantido direitos básicos à sociedade, atuando efetivamente naquilo que Esping-Andersen compreende como *desmercadorização* dos serviços. Nas palavras do autor: “A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é

⁴ O PNUD reconhece três grandes desafios para o desenvolvimento dos seus 193 Estados membros: a pobreza, em todas as suas formas e dimensões, o desenvolvimento sustentável e a resiliência às crises.

vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 102).

Diante disso, as políticas sociais surgem como uma maneira de assegurar o máximo de bem-estar em uma sociedade regida pelo mercado, naturalmente competitiva e desigual, ou ao menos tentar atenuar tais desigualdades. Assim, Esping-Andersen (1991, p. 89-90) salienta que o *welfare state* vem para proporcionar maior participação política à população através da redução de sua dependência do mercado: “Ao erradicar a pobreza, o desemprego e a dependência completa do salário, o welfare state aumenta as capacidades políticas e reduz as divisões sociais que são as barreiras para a unidade política dos trabalhadores”. Diante disso, a garantia da cidadania é peça fundamental em um *welfare state*.

Mas o que é necessário aos indivíduos para que sejam considerados cidadãos? Quem ajuda a responder essa pergunta é o sociólogo britânico T. H. Marshall (1967), que define cidadania a partir da junção de três direitos fundamentais, os quais o autor chama de elemento civil, político e social:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Os direitos que compõem a *cidadania*, conforme salienta Marshall (1967), não têm nada de natural, pelo contrário, é fruto de um processo histórico de reivindicações sociais. A conquista de cada um deles dependeu de grandes lutas, fortes embates e intensas revoltas, marcas inerentes às grandes revoluções ocorridas na história da humanidade. Sendo assim, é possível identificar, historicamente, a conquista desses elementos, cada um podendo ser localizado, relativamente, em um século diferente. O primeiro a ser conquistado foram os direitos civis, remontando ao século XVIII; posteriormente, vieram os direitos políticos, no século XIX; e, mais recentemente, os direitos sociais, no século XX.

A segurança desses direitos é fundamental a qualquer *welfare state* que se preze consistente, contudo, isso não quer dizer que os Estados de bem-estar social sejam semelhantes. Nesse sentido, Esping-Andersen (1991) identifica os diferentes arranjos que um *welfare state* pode tomar, sendo possível agrupá-los em três tipos gerais, levando em conta critérios com a qualidade dos direitos sociais, a estratificação social e o relacionamento entre o Estado, o mercado e as famílias.

O primeiro é o *welfare state liberal*, nesse modelo, o assistencialismo do Estado está voltado para os estratos reconhecidamente empobrecidos da população, as políticas sociais são reduzidas, os benefícios modestos e, como efeito, há um estigma contra os grupos que usufruem deles. Além disso, o Estado encoraja o mercado, havendo, assim, uma maior “mercadorização” dos serviços e bens de consumo. Como exemplo desse modelo, podem-se citar os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

O segundo regime é o *corporativista*. Nesse modelo, o liberalismo e a mercadorização dos serviços nunca foi arraigado, por isso, a concessão de direitos sociais não é atacada. Contudo, nesse modelo, outra forma de estratificação sobressai: o *status*. Isso porque o Estado não atua ativamente na redistribuição de renda, preservando, assim, o *status quo* de certas camadas. Além disso, os regimes corporativistas são caracterizados por serem bastantes conservadores, uma vez que o poder da igreja permanece forte e atua de modo a conservar uma “família tradicional”, assim sendo, o Estado só interfere quando a família não dá conta de servir seus membros. São exemplos a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália (ESPING-ANDERSEN, 1991).

O terceiro regime apresentado por Esping-Andersen (1991) é a *social-democracia*. Nela, o *welfare state* assegura não só as necessidades mínimas, mas atua de maneira ampliada, garantindo um alto padrão de vida à população, dando origem a uma ampla classe média. Os trabalhadores têm garantido plenos direitos e participação, comparável aos estratos altos da sociedade. Dentre as suas principais características, se encontra alta *desmercadorização* dos serviços, a universalização de direitos e a valorização da classe trabalhadora. É verdade que o modelo *social-democrata*, para sustentar um Estado com amplos serviços, exige, também, uma ampla arrecadação de tributos, gerando um maior custo de vida. Entretanto, o pleno emprego, em conjunto com o número reduzido de pessoas que vivem de transferências sociais, contrabalança essa realidade. Toda a população se beneficia de tais serviços, por isso, supostamente,

sentem-se na obrigação de contribuir. O melhor exemplo desse modelo são os países escandinavos.

No Brasil, o *welfare state* começou a se estruturar timidamente em 1930, contudo, Conceição *et al.* (2015) defendem que da década de 1930 até a década de 1980 predominou-se no Brasil o ideal de *desenvolvimentismo*, e não de desenvolvimento social propriamente, já que os esforços das políticas estavam voltados, nesse momento, exclusivamente para a industrialização e urbanização do país. O Estado de bem-estar social só foi ampliado recentemente, somente a partir da década de 1980, com universalização de direitos trazida pela constituição, a estabilidade econômica do Plano Real e o nascimento das políticas sociais de cunho assistencial, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS), o Bolsa Família e o acesso facilitado ao ensino superior, por meio de programas como o SISU e o ProUni (MEDEIROS, 2001). Hoje, cada vez mais, os brasileiros reconhecem como dever do Estado sanar as necessidades da população, a solução de problemas, mazelas sociais, tal como a oferta de serviços públicos de qualidade.

Portanto, um dos pressupostos do Estado de bem-estar social são as políticas públicas efetivas. Nesse ínterim, Pedone (1986) define políticas públicas como uma ação governamental que visa o provisionamento dos problemas sociais. Além disso, o autor acredita que as políticas públicas possuem uma capacidade enorme de transformação social e econômica, isso porque, ao promover democratização, a justiça social e a igualdade, se torna possível a modificação do *status quo*, ou seja, uma transformação estrutural de uma sociedade. À vista disso, o autor defende que o propósito essencial das PP's deve se centrar na segurança da liberdade, da igualdade, do Estado democrático de Direito e na distribuição de renda e riqueza.

Diante disso, pode-se dizer que o desenvolvimento humano e social pressupõe a existência de um *welfare state* substantivo, ou seja, um Estado que garanta e assegure políticas públicas comprometidas com a equidade, o bem-estar e a cidadania, não deixando essa atribuição apenas nas mãos do mercado. Em síntese, um Estado de bem-estar social é indissociável de uma democracia do tipo *substantiva*.

No próximo capítulo, analisam-se os impactos da política de desenvolvimento, vivenciada pelo Brasil no último século, sobre a qualidade de vida da população e sobre as características demográficas do país, uma consequência da inserção do país no fenômeno de *transição demográfica*.

UMA ERA DE TRANSIÇÃO: A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS DEMOGRÁFICOS

O acesso da população a serviços e bens de consumo básicos a uma sobrevivência digna, reflete na qualidade de vida da população. A melhoria na qualidade de vida, por sua vez, tem impacto nas características da própria população. Essa realidade pode ser observada quando se percebe que países hoje considerados *desenvolvidos*, que contam com amplo acesso a bens e serviços, possuem uma estrutura demográfica bastante diferente daqueles considerados *não-desenvolvidos* ou ainda em fase de desenvolvimento, que possuem fragilidades quanto a oferta de tais serviços. Diante disso, a demografia se mostra de grande valia para compreender os reflexos que o desenvolvimento social exerce sobre uma população, especialmente no que diz respeito às variáveis clássicas dessa ciência: natalidade, mortalidade e migração.

Nos últimos cem anos de sua história, o Brasil passou por mudanças estruturais: deixou de ser um país rural, se industrializou, enfrentou reformas políticas e administrativas que fortaleceram a sua economia, as políticas sociais e a própria democracia. Tais políticas alavancaram a qualidade de vida da população e impactaram, também, no arranjo demográfico do país, seja no nível nacional, estadual ou municipal. Em síntese, as melhorias econômicas e na qualidade de vida percebidas nos últimos cem anos, essencialmente a partir das políticas de bem-estar social no Brasil, refletiram no comportamento e na dinâmica da população brasileira, uma vez que é possível observar o enfrentamento do país ao fenômeno de *transição demográfica*, uma forte característica dos países que se industrializaram.

Pode-se observar que o avanço econômico, científico e a implementação de políticas públicas geraram, pelo menos, dois grandes impactos demográficos. O primeiro foi a queda da mortalidade nos mais variados grupos etários, especialmente entre os estratos mais jovens da população. Grande parte disso se deve à melhoria na seara da alimentação, a atuação de programas de promoção e prevenção em saúde e ao acesso à informação. Esses e outros fatores fizeram com que a população aumentasse exponencialmente (explosão demográfica) e atingisse, também, uma expectativa de vida maior. O segundo fator, dado algum tempo da melhoria da qualidade de vida, é a queda na taxa de fecundidade, isso porque, nos países desenvolvidos, a população opta por ter

menos filhos, refletindo, assim, na redução do crescimento populacional, levando, até mesmo, a um crescimento negativo (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010).

Nessa perspectiva, Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010) identificam que a melhoria na qualidade de vida da população mundial, em especial através dos avanços técnicos e científicos percebidos a partir da Revolução Industrial, fez com que a expectativa de vida média da população mundial dobrasse em um século, passando de 30 anos, em 1900, para mais de 60 anos, em 2000. Contudo, concomitante a isso, a taxa de fecundidade durante esse período despencou: se em 1900 as mulheres tinham em média seis filhos, em 2000, esse número foi reduzido pela metade, passando para apenas 2,8 filhos.

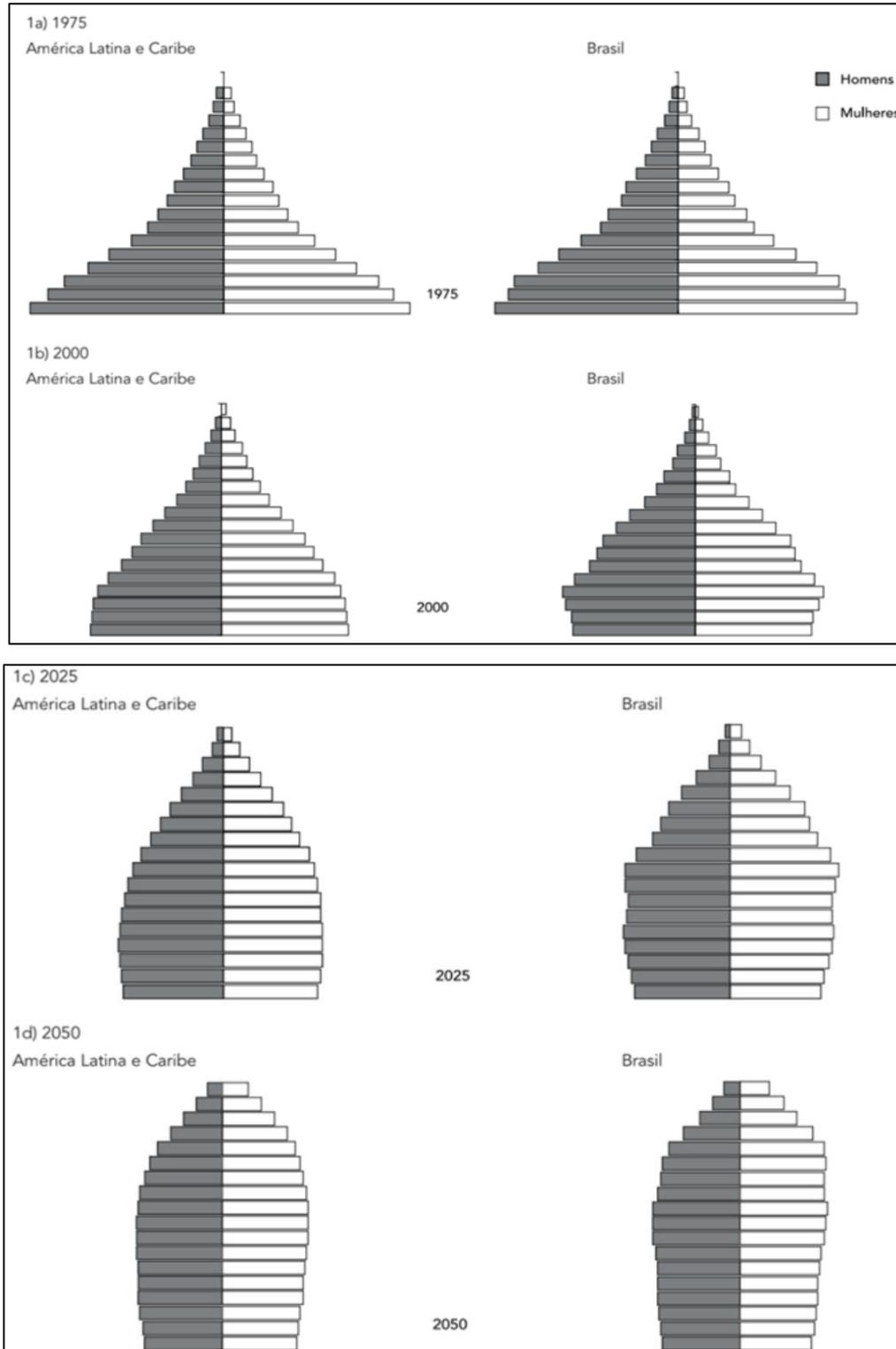
Diante disso, Carvalho e Rodríguez-Wong (2008) analisam a *transição na estrutura etária* de diversos países em desenvolvimento, e no caso do Brasil não é diferente. O país, de 1930 a 1960, enfrentou um crescimento exponencial da população, resultado da alta fecundidade e da queda das taxas de mortalidade; contudo, após a década de 1960, houve uma redução da taxa de fecundidade, fenômeno que continua a se expandir, pois os brasileiros vêm optando por ter cada vez menos filhos. Além disso, o acesso aos serviços sociais, em especial à saúde, fez com que a população experimentasse uma maior longevidade. Essa conjuntura de fatores leva a uma população cada vez mais envelhecida:

Entre os anos 40 e 60, o Brasil experimentou um declínio significativo da mortalidade, mantendo-se a fecundidade em níveis bastante altos, produzindo, assim, uma população quase-estável jovem e com rápido crescimento. A partir do final da década de 60, a redução da fecundidade, que se iniciou nos grupos populacionais mais privilegiados e nas regiões mais desenvolvidas, generalizou-se rapidamente e desencadeou o processo de transição da estrutura etária, que levará, provavelmente, a uma nova população quase-estável, mas, desta vez, com um perfil envelhecido e ritmo de crescimento baixíssimo, talvez negativo (CARVALHO; RODRÍGUEZ-WONG, 2008, p. 598).

Portanto, a pirâmide etária do país, com o seu formato outrora definitivamente piramidal, nas últimas décadas vem sofrendo modificações em seu corpo, em especial na sua base, caminhando para se tornar cada vez mais retangular, como apontam as projeções para os próximos anos. Dentre as consequências desse novo arranjo, pode-se citar o envelhecimento da população e fecundidade baixa. Na Figura 1, é possível

observar um comparativo entre as pirâmides populacionais do Brasil com a América Latina e Caribe, tal como as projeções até 2050.

Figura 1 - Distribuição etária relativa, Brasil e América Latina e Caribe, 1975-2050



Fonte - Extraído de Alves; Vasconcelos e Carvalho (2010).

Apesar da transição demográfica percebida no Brasil nas últimas décadas ser notória, Cerqueira e Rodrigues (2005) salientam que o país, por contar com uma grande extensão geográfica, vivencia realidades demográficas, econômicas e sociais distintas em suas diferentes regiões, levando a se pensar na existência de diversos “brasis”. É um erro, portanto, acreditar que todas essas regiões se comportam da mesma maneira. Nas palavras dos autores: “[...] considerar uniforme sua estrutura social, econômica e demográfica, é um erro metodológico e de graves consequências para o planejamento, por distorcer a realidade, impedindo sua correta apreensão” (CERQUEIRA; RODRIGUES, 2005, p. 74).

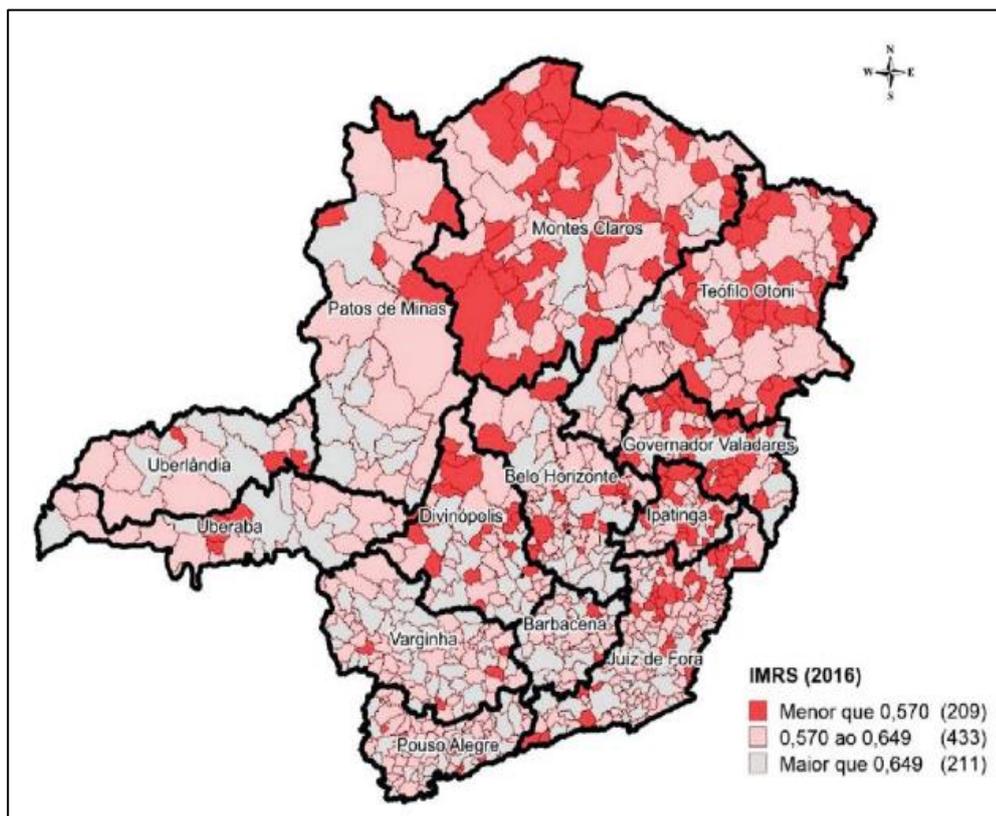
Mediante a isso, pode-se afirmar que a dinâmica demográfica de regiões carentes, na maioria das vezes, se difere das regiões afluentes. Nessa perspectiva, populações rurais e municípios de pequeno porte costumam apresentar índices maiores de carência e vulnerabilidade, que impactam, por sua vez, na sua estrutura demográfica, como se verá nas análises seguintes.

O MUNICÍPIO DE MIRABELA (MG): ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Mirabela é um município localizado no Norte de Minas Gerais, conhecido nacionalmente por ser a Capital da Carne de Sol, tradição que remonta ao início do seu povoamento, empreitada realizada por tropeiros que transitavam por suas terras rumo a Montes Claros e Januária. O município alcançou a sua emancipação política no ano 1963, e conta, hoje, com 61 anos (BRASIL, 2022). Para melhor compreender a realidade vivida em Mirabela, é preciso investigar o perfil socioeconômico do município, procurando se atentar para as fragilidades no que tange ao seu desenvolvimento, especialmente a sua inserção em um cenário pobre e vulnerável, realidade da região Norte de Minas Gerais.

É perceptível que o estado de Minas Gerais enfrenta uma *geografia da pobreza*, uma vez que se identifica que as localidades mais desenvolvidas encontram-se, usualmente, na região central, sul e centro-oeste do estado, enquanto as regiões que mais sofrem com a pobreza e com a vulnerabilidade social se localizam no norte e nordeste do estado. Quem comprova essa realidade é a Fundação João Pinheiro (FJP), ao estruturar um mapa que reflete o desenvolvimento dos municípios mineiros através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) (Figura 2).

Figura 2 – IMRS dos Municípios e Regiões Geográficas Intermediárias, Minas Gerais, 2016



Fonte - Extraído da Fundação João Pinheiro (MINAS GERAIS, 2019).

Em 2016, a média de responsabilidade social dos municípios mineiros, segundo a FJP, ficava em torno de 0,6 (MINAS GERAIS, 2019). Ao analisar a Figura 2, é possível identificar que os municípios com os menores índices, ou seja, os mais carentes, concentravam-se nas regiões norte e nordeste do estado que, por sua vez, partilham muitas semelhanças com os indicadores da região nordeste do Brasil. Por outro lado, as regiões de maior IMRS localizavam-se, geralmente, na região sul, centro-oeste e no triângulo mineiros que, por sua vez, partilham uma semelhança de indicadores com a região sudeste do país propriamente.

Além disso, com relação às regiões intermediárias do estado de Minas Gerais, Montes Claros⁵ é identificada, dentre todas as 13 (treze) regiões, como a mais carente. De acordo com os dados da FJP, a região de Montes Claros concentra o maior índice de municípios carentes (20%), ao mesmo tempo em que reúne a menor porcentagem de municípios afluentes (1%). Nesse ínterim, Montes Claros é identificada como a região

⁵ Montes Claros é uma das 13 regiões geográficas intermediárias de Minas Gerais, segundo a classificação da FJP, compreende 86 municípios sob o seu domínio (MINAS GERAIS, 2020).

que mais concentra pessoas em situação de pobreza, vulnerabilidade social e com idade ativa sem ocupação, além disso, também é aquela que conta com os piores resultados em desenvolvimento e gestão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (FJP, 2019).

Inserida na região mais carente do estado, Mirabela partilha de certas semelhanças com seus vizinhos no que se refere aos indicadores de desenvolvimento. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (BRASIL, 2022), Mirabela possui 13.651 habitantes, se configurando, assim, como um município de pequeno porte. De acordo com a FJP, do total de moradores, 82% vivem no meio urbano e 18% no meio rural. Em relação à qualidade de vida do município, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Mirabela somava 0,67, em 2010, valor considerado de nível médio, correspondente à mediana dos municípios mineiros (MINAS GERAIS, 2022).

Por outro lado, há diferenças expressivas quando se desagrega o IDH mirabelense nas respectivas dimensões: na educação, o município pontua 0,62 e, apesar desse valor ser considerado de nível médio, deixa a cidade acima da média dos demais municípios mineiros, o que coloca Mirabela até mesmo entre os 25% melhores nesse quesito. Em outro aspecto, com relação à longevidade, a situação é inversa, apesar de o município pontuar 0,79, índice considerado de nível alto, esse valor deixa o município abaixo da média mineira, colocando-o entre os 25% com os piores índices. Já em relação à renda, Mirabela mostra a sua maior fragilidade, pontuando 0,59, índice considerado de nível baixo, o que deixa o município, mais uma vez, entre os 25% com os piores valores do estado (MINAS GERAIS, 2019).

Com relação à renda, no ano de 2021, o PIB per capita de Mirabela correspondia a R\$ 11.941, valor 68% menor do que foi avaliado o PIB per capita nacional nesse mesmo período, que correspondia a R\$ 35.935 (BRASIL, 2022). Já em relação à renda média dos mirabelenses, o Atlas Brasil (2022), no ano de 2010, identifica que a renda per capita dos moradores do município correspondia a somente R\$ 326,06 mensais. Corroborando para a identificação da pobreza no município, a FJP aponta que 59,54% da população mirabelense estava cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), destas, 40,54% eram consideradas pobres ou extremamente pobres⁶. Já o percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) em estado de pobreza ou

⁶ No ano de 2018 a 2020, se considerava como “pobres” pessoas com renda per capita entre R\$ 89,01 reais a R\$ 178,00 e “extremamente pobres” aquelas com renda igual ou inferior a R\$ 89,00 (FJP, 2019).

extrema pobreza, correspondia a 69%. Logo, Mirabela, além de localizar-se em uma região pobre e vulnerável, que é o Norte de Minas Gerais, conta com um alto percentual de pobreza, um dos maiores do estado (MINAS GERAIS, 2019).

Além disso, verifica-se que há uma maior vulnerabilidade de certas camadas sociais em Mirabela, sendo a população negra e a população rural dois exemplos. O Atlas Brasil (2022) identifica que as pessoas que se autodeclaravam pretas e pardas (negras) correspondiam a 73,8% da população mirabelense e aquelas que viviam no meio rural representavam 14%. Por outro lado, percebe-se que as pessoas negras registradas no Cadastro Único representavam 90% do total e as famílias residentes no meio rural representam 24% desse percentual (MINAS GERAIS, 2019). Diante disso, é possível concluir que a pobreza no município atinge com mais contundência a população negra e a população rural. Portanto, a raça e a localidade se mostram como variáveis importantes no que diz respeito à distribuição de renda.

Em relação ao emprego, a FJP aponta que o percentual de pessoas em idade produtiva sem ocupação no Cadastro Único correspondia a 72% em 2018, evidenciando, assim, que a maior parte da população se encontrava sem ocupação (MINAS GERAIS, 2019). Nesse ínterim, o IBGE aponta que somente 9% da população tinha um emprego formal, sendo a renda média desses trabalhadores formais correspondente a 1,6 salário mínimo. À vista disso, Mirabela, no que diz respeito à renda, ocupa a 4.400ª posição dentre os 5.570 municípios do país (BRASIL, 2022).

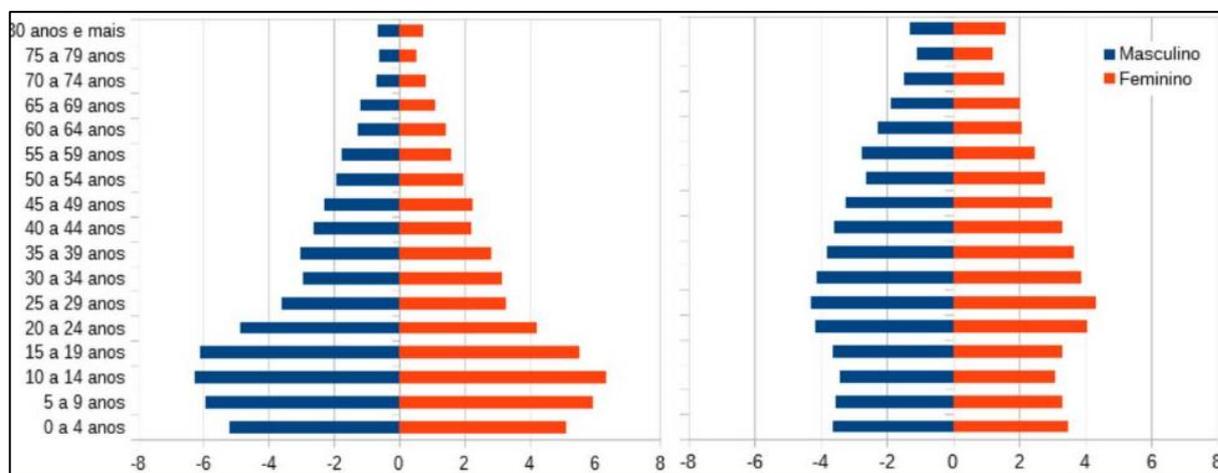
Diante dos dados apresentados, pode-se dizer que o município de Mirabela compartilha de muitas semelhanças socioeconômicas com seus vizinhos norte-mineiros, uma vez que o Norte de Minas é percebido como uma região empobrecida, vulnerável e carente em políticas públicas, que permanece à margem das regiões mais afluentes do estado de Minas Gerais. Diante disso, Mirabela apresenta índices preocupantes que refletem, em última instância, no seu baixo desenvolvimento humano, mas de fato os indicadores que mais suscitam preocupação é a pobreza, vista no alto percentual de pessoas carentes, e o desemprego, observado no baixo índice de pessoas ocupadas. No próximo tópico, analisam-se os impactos desfavoráveis que tais indicadores sociais exercem sobre a demografia do município.

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE MIRABELA

Os indicadores de desenvolvimento social de uma região, como aqueles que mensuram o Índice de Desenvolvimento Humano (saúde, educação e renda), influenciam no arranjo e nas características da população, uma vez que têm forte interferência em variáveis como natalidade, mortalidade e migração. Sabendo disso, é de grande valia investigar a influência do índice de desenvolvimento observado no município de Mirabela sobre o arranjo de sua população, especialmente diante da ocorrência do fenômeno de transição na estrutura demográfica que o município vem enfrentando, visível nas duas últimas décadas. Nesse percurso, salienta-se a influência de questões socioeconômicas, como a pobreza, o desemprego e a carência de políticas públicas sobre as variáveis demográficas do município, especialmente no que diz respeito à sua alta taxa de dependência, os movimentos migratórios e a elevada taxa de mortalidade infantil.

Observando a demografia de Mirabela, percebe-se que o município não escapou ao fenômeno de “transição demográfica” enfrentado pelo país, marcado por um cenário inicial de alta taxa de fecundidade e queda na mortalidade, seguido pela queda da fecundidade e envelhecimento da população. Ao se analisar as pirâmides etárias da população no intervalo de quase duas décadas, de 2000 a 2019⁷ (Gráfico 1), através dos dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, por meio do DATASUS, nota-se a ocorrência de uma modificação bastante evidente na estrutura etária da população mirabelense, como pode ser verificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Pirâmides populacionais, Mirabela (MG), 2000 e 2019



Fonte - Elaboração própria, a partir de dados do DATASUS (BRASIL, 2023).

⁷ Foi delimitado o ano de 2019 para análise do cenário pré-pandemia de covid-19.

A *priori*, verifica-se que Mirabela vivenciou altas taxas de fecundidade em torno das décadas de 1980 e 90, observadas nas barras maiores na pirâmide do ano 2000. A *posteriori*, nota-se queda da mortalidade e, por conseguinte, uma maior longevidade, vista nos grupos mais velhos. Isso pode ser apreendido quando se analisa comparativamente o topo das pirâmides: de 2000 para 2019, o topo se alarga, demonstrando que os mirabelenses estão vivendo mais. No que se refere à queda da fecundidade, vista, por sua vez, na base da pirâmide, se em 2000 o estreitamento da base já era perceptível, em 2019 ele se torna ainda mais acentuado, levando a crer que a população de Mirabela está optando por ter menos filhos. Por fim, como último fator da transição demográfica, percebe-se o envelhecimento da população, reflexo não só da maior longevidade, mas também da redução da taxa de natalidade. Esses dois fatores elevam a quantidade de idosos no município.

Ao se analisar os dados demográficos de Mirabela, tal como o arranjo de suas pirâmides populacionais, em comparação ao cenário nacional e estadual, surgem algumas questões que valem a pena ser discutidas.

A situação de vulnerabilidade vista no município de Mirabela, em especial a econômica, reflete em diversos fatores, dentre eles, o crescimento da população. O Atlas Brasil (2022) aponta que, de 2013 a 2017, Mirabela registrou um crescimento populacional de apenas 1,28%, nesse mesmo período, o aumento registrado por Minas Gerais foi de 2,56%, exatamente o dobro do crescimento no município. Existem dois motivos principais que podem explicar o baixo crescimento populacional de Mirabela: o primeiro é a sua alta taxa de mortalidade infantil, que se encontra acima da média estadual e nacional; o segundo são os intensos fluxos migratórios de pessoas que deixam o município em busca de emprego.

Com relação à primeira causalidade, a mortalidade infantil, Barreto e Carmo (2007) identificam que o Brasil, no século XX, enfrentou uma redução substancial em suas taxas de mortalidade, incluindo a de crianças com menos de um ano de vida. Nesse sentido, os autores identificam que, de 1960 para 1980, a taxa de mortalidade infantil (TMI) caiu de 117,0/1000 nascidos vivos, para 50,2/1000, ou seja, uma redução de mais da metade do número de óbitos em apenas duas décadas. Já de 1990 para 2000, a redução percebida foi de 40%, e de 2000 para 2004, 16%, finalizando 2004 com 22,6/1000 nascidos vivos.

Mais recentemente, no ano de 2019, a taxa média de mortalidade infantil estadual e nacional correspondia, respectivamente, a 12,9 e 13,3 óbitos por mil nascidos vivos (BRASIL, 2021). Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil observada no município de Mirabela correspondia, no ano de 2020, a 25 óbitos a cada mil nascidos vivos (25/1.000) (BRASIL, 2022). Ou seja, Mirabela conta com uma taxa de mortalidade infantil não somente superior à média estadual e nacional, mas quase duas vezes maior que a observada nos dois cenários. Tal realidade leva a acreditar que o município sofre com uma extrema fragilidade em seu sistema de saúde.

O segundo motivo que pode explicar o baixo crescimento são os fluxos migratórios de pessoas que deixam a cidade em busca de emprego em regiões mais desenvolvidas. Com relação aos fluxos migratórios, quem descreve esse movimento é a geógrafa Gildete Fonseca (2009), em uma das pouquíssimas pesquisas encontradas sobre as questões sociais em Mirabela. A autora, *a priori*, concorda que o Norte de Minas Gerais é castigado pela pobreza e pela vulnerabilidade social, sofrendo com a escassez de recursos humanos, e compreende, ademais, que essa situação não foge ao município de Mirabela. A autora identifica que o alto índice de desemprego leva a um fenômeno característico no município, a *migração temporária para trabalho*:

[...] mirabelenses saem para a colheita ou plantio de café, corte de cana-de-açúcar de madeira e, mais recentemente para exercer atividades nas indústrias de calçados de Nova Serrana – localizada no oeste de Minas Gerais, ou seja, deixando temporariamente o lugar-espço vivido (FONSECA, 2009, p. 16).

Diante disso, Fonseca (2009) demonstra que o município se comporta como um polo exportador de mão de obra barata e sem qualificação. Os migrantes saem de sua terra devido às dificuldades econômicas enfrentadas e pela falta de perspectiva frente às ações do poder público, principalmente na geração de emprego. Nesse movimento, os migrantes deixam para trás não só a cidade, como os seus bens, propriedades e seus familiares, pais, companheiras(os), e até mesmo os filhos. Saem com a esperança de melhorar de vida e ajudar os seus familiares. Contudo, na maioria das vezes, os empregos que os migrantes mirabelenses conseguem, devido à falta de especialização, são marcados pelo trabalho pesado e pela superexploração. Nesse ínterim, a autora identifica que o Sindicato dos Trabalhadores de Mirabela chegou a registrar, até mesmo, ocorrências de trabalhos análogos à escravidão (FONSECA, 2009).

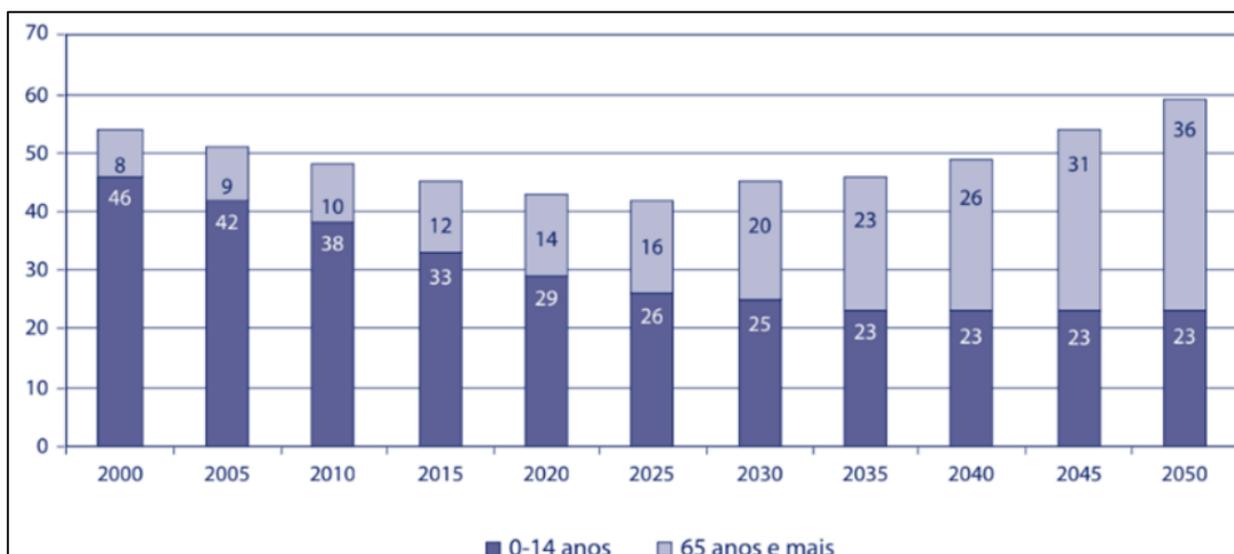
Por sua vez, nota-se que os movimentos migratórios vistos em Mirabela têm reflexos no arranjo demográfico de suas pirâmides, isso porque é perceptível um estreitamento incomum nas pirâmides demográficas quando se comparado ao cenário nacional. No ano de 2000, por exemplo, ele se dá essencialmente a partir dos 19 anos, demonstrando a evasão dos migrantes da cidade. Já no ano de 2019, a pirâmide se assemelha ao cenário nacional, levando-se a cogitar em uma possível redução dos fluxos migratórios de trabalhadores.

Outro fator de relevância observado na análise demográfica do município de Mirabela é a *razão de dependência*, índice que leva em conta a razão entre a população economicamente ativa e as “populações economicamente dependentes”, compreendida por Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010, p. 18) como:

[...] um quociente que leva no numerador o extrato da população em idade dependente – por convenção internacional, os mais jovens, com idades entre 0 e 14 anos, e os mais idosos, com 65 anos e mais – para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa – as coortes etárias com idades entre 15 e 64 anos.

O Gráfico 2 demonstra, no cenário nacional, a situação de dependência sobre a população economicamente ativa, tal como a projeção para as próximas décadas. Nesse percurso, se percebe que de 2020 a 2025 a dependência tende a diminuir, dando origem ao fenômeno apontado pelos demógrafos como *bônus demográfico*, momento de maior número de população economicamente ativa e, conseqüentemente, de maior oportunidade de produção. Contudo, as projeções apontam que o *bônus demográfico* tem um período de vida útil, pois a população economicamente dependente volta a aumentar a partir de 2030, tendo em vista, essencialmente, o crescimento no número de idosos.

Gráfico 2 - Razão de dependência total e por grandes grupos, Brasil, 2000-2050



Fonte - Extraído de Alves; Vasconcelos e Carvalho (2010).

No que tange à razão de dependência total (RDT) encontrada no município de Mirabela, percebe-se que havia, no ano de 2000, uma ampla população dependente, que somava quase 70%; isso quer dizer que, para cada 100 habitantes da cidade de 15 a 64 anos, existiam 70 economicamente dependentes, ou seja, eram jovens ou idosos. Essa situação mudou em 2019, com a RDT reduzindo para 48,35%, valor inferior ao visto anteriormente. Desagregando a razão de dependência entre jovens e idosos, percebe-se que a dependência jovem (RDJ) caiu quase pela metade, passado de 58,99%, em 2000, para 30,40%, em 2019. Por outro lado, a razão de dependência dos idosos (RDI) quase duplicou, saltando de 10,69%, em 2000, para 18,12%, em 2019 (cálculos próprios).

Ao realizar uma análise comparativa do município de Mirabela com o cenário nacional, percebe-se que nas últimas duas décadas Mirabela apresentou uma RDT acima da média vista no país. Uma das possíveis explicações para isso é a escassez de renda e emprego no município, que leva ao fenômeno dos “fluxos migratórios por emprego” (FONSECA, 2009), uma vez que a população que deixa a cidade para procurar emprego em outras regiões não são os jovens (até 14 anos) e nem os idosos (65 anos ou mais), mas a parcela economicamente ativa. Como reflexo dessa evasão, a razão de dependência do município se mantém acima da média nacional.

Ademais, outro fator que implica sumariamente na dinâmica demográfica é a mortalidade da população, de forma geral. Com relação à tendência de mortalidade por grupos de causas, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID, na 10ª. Revisão), Barreto e Carmo (2007) identificam mudanças relevantes ao longo do século

XX no Brasil. Se, em 1930, a principal causa de mortalidade eram as doenças infecciosas e parasitárias, que representavam 45,7% dos óbitos, em 2003, mais de 70 anos depois, essas causas foram reduzidas para apenas 5,2%. Por outro lado, os autores registram que as doenças cardiovasculares tomaram a liderança, aumentando, durante esse período, de 11,8% para 31,5% do total de óbitos.

No que diz respeito às taxas de mortalidade do país, no ano de 2005, as doenças cardiovasculares lideravam, apresentando uma taxa de 131 óbitos por 100.000 habitantes; logo em seguida vinham as “causas externas”, com 64,7, e, na terceira posição, as neoplasias, com 68,8. Necessário citar que, de 1990 a 2005, observaram-se reduções em todos os grandes grupos de causas de mortalidade, o que leva a crer que houve melhorias substanciais no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, especialmente a saúde pública, tendo em vista o fortalecimento do Programa de Saúde da Família (BARRETO; CARMO, 2007).

Na cidade de Mirabela (MG), ainda segundo a CID-10, as causas de mortalidade que lideraram no intervalo de 2000 a 2019 foram, respectivamente: doenças do aparelho circulatório, com uma média de 28%, seguida pelos achados anormais⁸, com média de 16,8%, e em terceiro lugar as doenças do aparelho respiratório, com uma média de 11,5% do total. Diante disso, percebe-se que a principal causa de mortalidade no município de Mirabela são as doenças que acometem o aparelho circulatório, nesse sentido, o município segue os padrões do país, que também possui esse grupo de morbidades como a principal causa de suas mortes, possuindo índices próximos (28% em Mirabela e 31,5% no país).

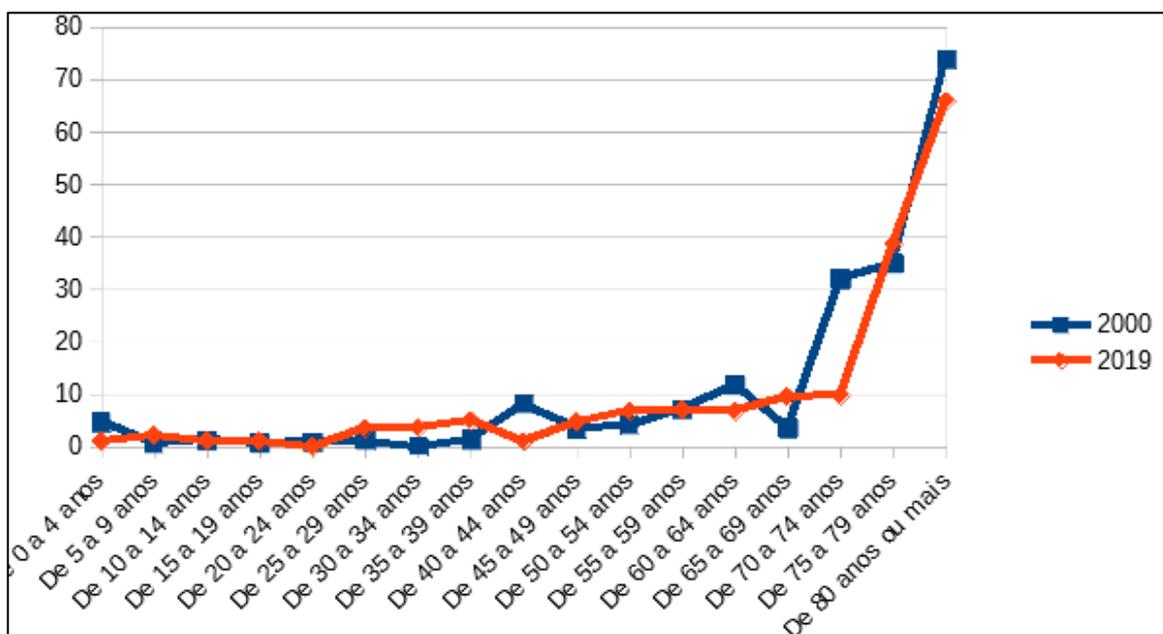
Por outro lado, Mirabela apresenta uma alta proporção de mortes por “achados anormais”, que se configura como a segunda principal causa de mortalidade, representando 16,8% de todos os óbitos. Para Chackiel (1987), as regiões que apresentam causas de mortes “mal definidas”, que extrapolam os 10%, refletem uma carência do sistema de saúde em identificar as mortes de sua população, dificultando, assim, o planejamento de políticas públicas eficientes. Portanto, pode-se dizer que o município de Mirabela conta com um sistema de saúde frágil que, muitas vezes, não

consegue identificar as causas básicas de mortalidade de sua própria população.

⁸ “Os sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais” refletem uma imprecisão na definição da causa básica dos óbitos, o que pode demonstrar, por sua vez, uma fragilidade do sistema de registro de dados de mortalidade e do próprio sistema de saúde.

Analisando comparativamente os anos de 2000 e 2019, surgem algumas diferenças no perfil de mortalidade da população por faixa etária em Mirabela (Gráfico 3). A principal diferença observada é a redução da mortalidade do grupo de 65-69 anos, que sofreu uma queda substancial durante o intervalo de quase duas décadas. Ademais, percebe-se que as mortes acentuadas deixaram o grupo de 65-69 anos, passando a ser notadas com mais expressão no grupo 70-74 anos. Assim, verifica-se uma queda expressiva no número de óbitos dos grupos mais idosos do município, apontando para um aumento da longevidade da população nas duas últimas décadas.

Gráfico 3 - Funções de Mortalidade, Mirabela, 2000 e 2019



Fonte - Elaboração própria, a partir de dados do DATASUS (BRASIL, 2023).

Com relação aos óbitos totais por faixa etária e sexo no município de Mirabela, no ano de 2019, identifica-se uma maior mortalidade masculina, principalmente a partir dos 24 anos de idade, fator também percebido no cenário nacional, desencadeado, especialmente, pelas causas externas (BRASIL, 2023). Essa realidade leva a uma preocupação com a mortalidade da população masculina, essencialmente de jovens e adultos, uma vez que se identifica, no município de Mirabela, que os homens morrem três vezes mais por causas externas do que quando comparados às mulheres. Além disso, nota-se uma maior longevidade alcançada pelas mulheres, que são maioria no grupo de pessoas com oitenta anos ou mais.

Logo, pode-se afirmar que Mirabela não ficou de fora da transição

demográfica vista no Brasil, contudo, as fragilidades socioeconômicas, associadas à escassez de políticas públicas no município, influenciam no conjunto das variáveis clássicas da demografia, uma vez que é observada uma alta taxa de mortalidade infantil, uma alta razão de dependência e há ocorrências de movimentos migratórios de pessoas que deixam a cidade em busca de emprego. Fatores estes que influenciam não somente no arranjo das estruturas demográficas, mas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados, perspectivas teóricas e interpretações apresentadas, é possível afirmar que a compreensão sobre o desenvolvimento vem se ampliando ao longo dos anos. Sua definição, outrora estritamente economicista, hoje, inclui outras dimensões, como a humana, social e ambiental. Além disso, percebe-se que a sociedade civil exige, cada vez mais, atribuições do Estado no que tange à segurança da *cidadania*. Primeiro, houve a exigência dos direitos “naturais”, como a vida, a liberdade e a propriedade; depois, vieram os direitos políticos, o direito de votar, ser votado e de participação; mais recentemente, foram reivindicados os direitos sociais, com vista nas políticas de bem-estar e na igualdade de condições. A segurança de todos esses direitos, especialmente os últimos, possui uma estreita relação com o *welfare state*, ou Estado de bem-estar social, que, através da promoção de políticas públicas, busca a equiparação de renda, o combate à desigualdade e a *desmercadorização* dos serviços e bens de consumo.

O *welfare state* vem sendo aprimorado no Brasil desde 1930 e, de lá pra cá, é possível observar uma melhoria na qualidade de vida da população. O desenvolvimento observado no país nos últimos cem anos pode ser identificado claramente em sua demografia, uma vez que o Brasil vem enfrentando uma *transição em sua estrutura demográfica*, fenômeno marcante aos países que se industrializaram e, atualmente, são reconhecidos como *desenvolvidos*. Percebe-se, nesse percurso, que o Brasil vivenciou uma explosão demográfica, seguida da queda nos índices de mortalidade e, posteriormente, uma queda nos índices de natalidade e, mais recentemente, vem sendo observado um aumento na longevidade da população. Diante disso, o país está no caminho para se tornar cada vez mais envelhecido.

Ademais, o pequeno município de Mirabela, localizado no Norte de Minas Gerais, também vem enfrentando uma transição em sua estrutura demográfica, tal como observado no país, contando, portanto, com índices de natalidade cada vez menores e

uma população idosa cada vez maior. Contudo, a inserção do município em um cenário pobre e vulnerável, como é a realidade do Norte de Minas Gerais, faz com que Mirabela apresente baixos índices de desenvolvimento, tendo como causalidade, problemáticas pontuais como a carência de renda e o desemprego. A falta de oportunidades e a escassez de políticas públicas trazem sérias consequências para o município, como a alta mortalidade infantil, os óbitos mal definidos e os movimentos migratórios de pessoas que deixam a cidade em busca de emprego. Além disso, a evasão da população economicamente ativa leva a uma alta razão de dependência em Mirabela, fator que influencia na perda do fenômeno do *bônus demográfico*.

Diante disso, há uma conjuntura de fatores que influenciam no (sub)desenvolvimento do município de Mirabela, fatores esses que impactam não só no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando inferior à média dos municípios mineiros, mas também no crescimento da sua população. Portanto, conclui-se que, caso esse quadro não seja revertido a tempo, Mirabela corre sério risco de chegar, precocemente, a um crescimento negativo.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; VASCONCELOS, Daniel de Santana; CARVALHO, Angelita Alves de. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2975>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ATLAS BRASIL. **Perfil: Mirabela, MG**. 2022. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/314200>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BARRETO, Mauricio Lima; CARMO, Eduardo Hage. **Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o Sistema Único de Saúde**. Salvador, Repositório UFBA, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/WdkyBqskNcQRBmz4sZ4Bg8p/#>>. Acesso em: 28 de mar. 2023.

BRASIL. **Boletim epidemiológico**. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ministério da Saúde. 2021 Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de>

[conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf/view](#)>. Acesso em 28 de mar. de 2023.

_____. **IBGE Cidades:** Mirabela. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mirabela/panorama>>. Acesso em: 29 set. de 2022.

_____. Ministério da Saúde: **DATASUS**. 2023. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2023.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RODRÍGUEZ-WONG, Laura L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. Belo Horizonte: **Cadernos de Saúde Pública**, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/PrPGy4RXRLpkQmx4qgDxVCh/?lang=pt#:~:text=O%20volume%20anual%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o,milh%C3%A3o%2C%20entre%202025%20e%202050>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CERQUEIRA, M. B. R.; RODRIGUES, R. N. Envelhecimento populacional: algumas questões. **Revista Unimontes Científica**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 73–82, 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2387>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CHAKIEL, Juan. **La investigacion sobre causas de morte en la América Latina**. Santiago: Notas de Poblacion, 1987. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12734>>. Acesso em: 02 mai 2023.

CONCEIÇÃO, Jefferson *et al.* **A cidade desenvolvimentista: crescimento e diálogo em São Bernardo do Campo, 2009-2015**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 376 p. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/A-cidade-desenvolvimentista-ok.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do welfare state**. Lua Nova, 1991. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MINAS GERAIS. **Informativo FJP: Finanças Públicas**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/31.03_Inf_NFP_02_2020.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

_____. **Informativo FJP Indicadores Sociais: Índice Mineiro de Responsabilidade Social.** Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=56310&codUsuario=0>>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

_____. **Perfil municipal de Mirabela.** Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=485>>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

FONSECA, Gildete Soares. **Espacialidade das Migrações temporárias de mirabelenses:** implicações na territorialidade local. 2009. (geografia) - PUC SP, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12346/1/Gildete%20Soares%20Fonsec a.pdf>>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In.: **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57- 114.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil:** Papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 27p., dez. 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2058>>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

MINAYO, Maria; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro, p. 237-248, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>>. Acesso em: 20 out. 2022.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.** Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nações Unidas:** paz, dignidade e igualdade em um planeta saudável. Nações Unidas, 2023. Disponível em: <<https://www.un.org/es/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

Artigo recebido em: 24 de agosto de 2023

Artigo aceito em: 18 de agosto de 2024.

Artigo publicado em: 13 de setembro de 2024.